

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.956 - RS (2019/0283481-3)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
RECLAMANTE : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : OSVALDO GUERRA ZOLET E OUTRO(S) - RS035609
ROSANA FARTO ROTTA - SP190494
ADVOGADA : ARIANE CARDOZO GOMEZ DE LA FUENTE - RS074732
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : ANA CRISTINA FARIAS BENITEZ
ADVOGADO : ALI MUSTAFA ATYEH - RS043710

DECISÃO

1. Trata-se de reclamação ajuizada contra acórdão do TJRS em sede de agravo interno, assim ementado:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. POSSIBILIDADE. RESP 1.061.530/RS – TEMAS 24 A 27 DO STJ.

Estando o acórdão vergastado de acordo com o entendimento manifestado pelo STJ, em sede de Recursos Repetitivos, deve ser mantida a negativa de seguimento do recurso especial. Inteligência do artigo 1.030, I, 'b', do Novo Código de Processo Civil.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

Sustenta o reclamante o equívoco do Tribunal *a quo* na aplicação da tese do recurso repetitivo que os juros cobrados não são abusivos, porquanto não ultrapassam uma vez e meia a taxa de mercado divulgada pelo Banco Central.

É o relatório.

2. 2. As hipóteses de cabimento da reclamação, consoante o novo CPC, são as seguintes:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

Ainda que a Lei n. 13.256/2016 tenha alterado o inciso IV para dele extirpar a admissão da reclamação contra decisão contrária a precedente proferido em

Superior Tribunal de Justiça

julgamento de casos repetitivos por este Tribunal Superior, o inciso V do § 5º desse artigo rende ensejo ao seu ajuizamento em casos tais, desde que tenham sido esgotadas as instâncias ordinárias e que não tenha havido o trânsito em julgado da decisão reclamada:

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

No caso, a presente reclamação foi protocolada antes do trânsito em julgado da decisão reclamada; bem como se verifica o esgotamento das instâncias ordinárias.

Contudo, a toda evidência, não procede a alegação de aplicação equivocada da tese jurídica consagrada em sede de recurso especial julgado sob o rito previsto no art. 543-C do CPC/1973 ao caso concreto.

Isso porque o acórdão do Tribunal estadual, com clareza hialina, consignou a abusividade da taxa de juros praticada pela reclamante, reduzindo-a à taxa média do mercado, assim justificando a negativa de seguimento ao recurso especial e aplicando-lhe a tese repetitiva consagrada no REsp 1.061.530/RS (fls. 228-238):

Cumpre-nos, também, informar que o presente agravo será analisado exclusivamente sob o enfoque do decidido no Recurso Especial n. 1.061.530/RS – Temas 24 a 27 do STJ, já que a competência delegada pelos Tribunais Superiores a este órgão jurisdicional se restringe a verificação de adequação das decisões proferidas em relação às Teses fixadas pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça sob o rito dos Recursos Repetitivos.

Passo, pois, à análise da insurgência recursal, a qual, adianto, não merece prosperar.

No caso concreto, o órgão prolator do acórdão recorrido assentou, com base no acervo probatório coligido nos autos, que a taxa cobrada pelo ora agravante é abusiva, impondo-se a sua limitação à taxa média de mercado.

Referida conclusão se encontra em perfeita sintonia com a orientação n. 1, firmada no Recurso Especial n. 1.061.530/RS – Temas 24 a 27, julgado sob o regime dos Recursos Repetitivos.

[...]

Assim, perante decisão proferida pela Corte Superior sob o rito dos Recursos Repetitivos, e conforme já referido em sede de juízo de admissibilidade, delinear entendimento diverso do assentado pelo Órgão Julgador que, com base no acervo probatório coligido nos autos, afirmou que a taxa cobrada pelo recorrente é abusiva, encontraria óbice nos enunciados sumulares ns. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se, ainda, que, **constatada a abusividade dos juros remuneratórios, impõe-se a sua limitação à taxa média de mercado, segundo apuração do Banco Central do Brasil, conforme procedido pela Câmara Julgadora, motivo pelo qual a insurgência também não**

Superior Tribunal de Justiça

se exime do óbice contido na Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça.

Dessarte, estando o acórdão recorrido em consonância com entendimento firmado pelo STJ em recurso repetitivo, deve ser mantida a negativa de seguimento ao recurso especial, nos moldes do artigo 1.030, I, b, do Novo Código de Processo Civil.

Importante ressaltar que não é viável a análise de matéria fático-probatória em sede de reclamação ajuizada com vistas a afastar ou a solicitar a aplicação de tese repetitiva, mormente tendo em vista que nem mesmo no recurso especial tal medida é permitida.

3. Ante o exposto, indefiro liminarmente a petição inicial da reclamação, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator